

Irene Patrícia Diom
N O H A R A

DIREITO ADMINISTRATIVO

13^a revista,
edição atualizada e
ampliada



atlas

- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.12.2023
- A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
 Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
 Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Daniel Kanai

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N718d
 13. ed.

Nohara, Irene Patrícia Diom
 Direito administrativo / Irene Patrícia Diom Nohara. - 13. ed., rev., atual. e ampl.
 - Barueri [SP] : Atlas, 2024.
 968 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
 ISBN 978-65-5977-592-7

I. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

23-87272

CDU: 342.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

1. CONCEITO, ORIGEM E TENDÊNCIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	1
1.1 Importância do estudo do Direito Administrativo.....	1
1.2 Ramo do direito público	2
1.3 Conceito de Direito Administrativo.....	4
1.4 Regime jurídico administrativo	6
1.5 Dispersão das normas de Direito Administrativo e sua interpretação	8
1.6 Fontes do Direito Administrativo	10
1.7 Origem do Direito Administrativo	12
1.8 Evolução do papel do Estado	15
1.9 Novas tendências no Direito Administrativo	22
1.10 Independência entre poderes e função administrativa	29
 2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 41
2.1 Introdução	41
2.2 Supremacia do interesse público	43
2.3 Legalidade, legalidade administrativa e reserva legal	50
2.4 Impessoalidade	54
2.5 Moralidade	57
2.6 Publicidade	64
2.7 Eficiência	70
2.8 Razoabilidade e/ou proporcionalidade	75
2.9 Finalidade	80
2.10 Motivação	81
2.11 Segurança jurídica	85
 3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 89
3.1 Poderes administrativos	89
3.2 Poder discricionário	91
3.3 Poderes decorrentes da hierarquia	96

3.4	Poder disciplinar	100
3.5	Poder normativo	103
3.6	Poder de polícia	109
3.6.1	Significado, abrangência e evolução histórica	109
3.6.2	Polícia administrativa e polícia judiciária	114
3.6.3	Atributos	118
3.6.4	Manifestações e limites	121
3.6.5	Poder de polícia e direitos fundamentais	123
3.6.6	Restrições a atividades de agentes privados	126
3.6.7	Impossibilidade de delegação	129
3.6.8	Dinâmica do ciclo de polícia em distintas fases de manifestação	131
4.	ATO ADMINISTRATIVO	133
4.1	Introdução	133
4.2	Defesa do ato administrativo como categoria imprescindível	134
4.3	Conceito	139
4.4	Atributos	142
4.4.1	Presunção de legitimidade e veracidade	142
4.4.2	Imperatividade	143
4.4.3	Autoexecutoriedade	144
4.4.4	Tipicidade	145
4.5	Efeitos do silêncio administrativo	146
4.6	Classificação dos atos administrativos	149
4.7	Espécies de atos administrativos	151
4.8	Perfeição, validade e eficácia	152
4.9	Elementos e requisitos de validade	154
4.9.1	Sujeito	154
4.9.2	Objeto	156
4.9.3	Forma	156
4.9.4	Motivo	156
4.9.5	Finalidade	156
4.9.6	Sistematização distinta	157
4.10	Vícios	158
4.10.1	Vício de sujeito ou de competência	158
4.10.2	Vício de objeto	160
4.10.3	Vício de forma	161
4.10.4	Vício de motivo	162
4.10.5	Vício de finalidade	166
4.11	Discricionariedade e os elementos do ato administrativo	170
4.12	Teoria das invalidades no ato administrativo: nulidade e anulabilidade	172
4.13	Atos inexistentes	174
4.14	Convalidação do ato	175

4.15	Conversão	177
4.16	Extinção	178
4.16.1	Formas de extinção do ato administrativo	178
4.16.2	Anulação e revogação	179
4.16.3	Limites à anulação dos atos administrativos	181
4.16.4	Limites à revogação dos atos administrativos.....	183
4.16.5	Desfazimento e exigência de contraditório	183
5.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	187
5.1	Processo e procedimento: abrangência do processo administrativo	187
5.2	Importância do processo administrativo	190
5.3	Disciplina jurídica	192
5.4	Objetivos	196
5.5	Conceito	198
5.6	Princípios do processo administrativo.....	198
5.7	Diferenças entre processo civil e processo administrativo.....	206
5.8	Impedimento e suspeição	209
5.9	Razoável duração do processo e prazos da LPA	210
5.10	Prioridade na tramitação	211
5.11	Instrução do processo administrativo.....	212
5.12	Participação comunitária: consulta, audiência e outros meios de interlocução	214
5.13	Condição de participante e de interessado	218
5.14	Decisão coordenada no processo administrativo.....	219
5.15	Parecer no processo administrativo.....	220
5.16	Extinção do processo	222
5.17	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	225
5.17.1	Conceito.....	225
5.17.2	Finalidade	227
5.17.3	Princípios e critérios jurídicos	228
5.17.4	Natureza de poder-dever de apuração de irregularidades	229
5.17.5	Constitucionalidade da denúncia anônima	231
5.17.6	Investigação preliminar e meios alternativos de resolução de conflitos..	233
5.17.7	Fases e descrição do procedimento legal	235
5.17.8	Revisão do processo disciplinar.....	240
5.17.9	Sindicância	241
5.17.10	Procedimentos sumários de acumulação, abandono de cargo e inassiduidade habitual	243
5.17.11	Verdade sabida.....	245
5.17.12	Prescrição no processo disciplinar	247
5.17.13	Controle jurisdicional do ilícito administrativo.....	250
6.	LICITAÇÃO.....	255
6.1	Conceito e natureza jurídica	255

6.2	Objetivos	256
6.3	Transformações nos fundamentos e na natureza jurídica	261
6.4	Histórico	262
6.5	Disciplina legal e entes que devem licitar	266
6.6	Princípios	269
6.6.1	Legalidade e formalismo.....	270
6.6.2	Impessoalidade.....	272
6.6.3	Moralidade	272
6.6.4	Publicidade e transparência.....	273
6.6.5	Eficiência	274
6.6.6	Interesse público	274
6.6.7	Proibição administrativa	274
6.6.8	Igualdade.....	277
6.6.9	Planejamento.....	277
6.6.10	Eficácia e segregação de funções	279
6.6.11	Motivação.....	279
6.6.12	Vinculação ao edital	280
6.6.13	Julgamento objetivo	280
6.6.14	Segurança jurídica	281
6.6.15	Razoabilidade e proporcionalidade.....	280
6.6.16	Competitividade	281
6.6.17	Celeridade	282
6.6.18	Economicidade.....	282
6.6.19	Desenvolvimento nacional sustentável	283
6.6.20	Disposições interpretativas da LINDB	284
6.7	Contratação direta	286
6.8	Processo de contratação direta.....	296
6.9	Procedimento e suas fases.....	296
6.9.1	Fase preparatória.....	300
6.9.2	Edital.....	301
6.9.3	Propostas e lances.....	302
6.9.4	Julgamento.....	303
6.9.5	Habilitação	304
6.9.6	Fase recursal	309
6.9.7	Homologação	309
6.9.8	Inversão de fases.....	311
6.10	Desfazimento da licitação	312
6.11	Modalidades	314
6.11.1	Pregão.....	315
6.11.1.1	Considerações introdutórias	315
6.11.1.2	Definição e características.....	316
6.11.1.3	Disciplina legal	319
6.11.1.4	Formas: presencial e eletrônica.....	319

6.11.1.5	Procedimento do pregão presencial.....	320
6.11.1.6	Procedimento do pregão eletrônico.....	322
6.11.2	Concorrência	327
6.11.3	Concurso	327
6.11.4	Leilão	328
6.11.5	Diálogo competitivo	329
6.12	Procedimentos auxiliares	331
6.12.1	Credenciamento	332
6.12.2	Pré-qualificação	334
6.12.3	Procedimento de Manifestação de Interesse	335
6.12.4	Sistema de registro de preços	337
6.12.5	Registro cadastral	340
6.13	Licitação de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.....	342
6.14	Licitação na área de defesa.....	343
6.15	Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.....	346
6.16	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	350
6.17	Licitações nas estatais.....	357
7.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	365
7.1	Considerações introdutórias.....	365
7.2	Discussão acerca da existência de contratos administrativos e sua natureza jurídica	365
7.3	Definição	369
7.4	Tratamento legal	370
7.5	Características	371
7.6	Formalidades.....	373
7.7	Cláusulas necessárias.....	375
7.8	Duração do contrato administrativo	377
7.9	Cláusulas exorbitantes.....	380
7.9.1	Alteração unilateral	381
7.9.2	Extinção unilateral	384
7.9.3	Fiscalização do contrato	387
7.9.4	Aplicação de sanções	389
7.9.5	Ocupação provisória de bens, pessoal e serviços.....	394
7.9.6	Restrições à alegação da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	395
7.9.7	Exigência de garantia.....	397
7.10	Áreas contratuais.....	400
7.10.1	Fato da administração.....	401
7.10.2	Fato do príncipe	401
7.10.3	Teoria da imprevisão	403
7.10.4	Interferências ou sujeições imprevistas	406
7.10.5	Impacto da matriz de riscos nas áreas.....	407
7.11	Diferenças entre reajuste em sentido estrito, repactuação e revisão	409

7.12	Arbitragem nos contratos administrativos	410
7.13	Extinção do contrato administrativo	411
7.14	Contratos administrativos em espécie	413
7.14.1	Contrato de concessão.....	413
7.14.2	Empreitada.....	413
7.14.3	Tarefa	414
7.14.4	Contrato de fornecimento	414
7.14.5	Contrato de eficiência.....	414
7.14.6	Convênio.....	416
7.14.7	Consórcio público	418
7.14.8	Contratação de serviços terceirizados	419
8.	SERVIÇOS PÚBLICOS	421
8.1	Noção	421
8.2	Escola do serviço público e crise da noção	428
8.3	Critérios de identificação e definição de serviços públicos	432
8.4	Princípios	435
8.4.1	Generalidade ou igualdade dos usuários.....	436
8.4.2	Modicidade das tarifas	436
8.4.3	Mutabilidade do regime jurídico	436
8.4.4	Continuidade	437
8.5	Classificação.....	438
8.6	Repartição constitucional de competências e serviços públicos.....	442
8.7	Participação, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos	445
8.8	Delegação de serviços públicos a particulares.....	448
8.8.1	Concessão e permissão: tratamento legal e diferença.....	448
8.8.2	Concessão de serviço público	449
8.8.2.1	Histórico “pendular” na utilização da concessão	450
8.8.2.2	Serviço adequado	452
8.8.2.3	Direitos e deveres do usuário do serviço público	455
8.8.2.4	Política tarifária	460
8.8.2.5	Licitação na concessão de serviço público	462
8.8.2.6	Cláusulas essenciais no contrato de concessão.....	464
8.8.2.7	Encargos da concessionária	465
8.8.2.8	Responsabilidade da concessionária	465
8.8.2.9	Encargos do poder concedente.....	466
8.8.2.10	Responsabilidade do Estado por prejuízos causados pelos concessionários.....	467
8.8.2.11	Contratação com terceiros pela concessionária	468
8.8.2.12	Subconcessão.....	468
8.8.2.13	Transferência.....	468
8.8.2.14	Intervenção na concessão.....	469
8.8.2.15	Extinção da concessão	469

8.8.2.15.1	Reversão	470
8.8.2.15.2	Encampação.....	471
8.8.2.15.3	Caducidade.....	472
8.8.2.15.4	Rescisão	474
8.8.2.15.5	Anulação	474
8.8.2.15.6	Falência ou extinção da pessoa jurídica.....	475
8.8.3	Permissão de serviço público.....	475
8.8.4	Autorização de serviço público	477
8.8.5	Parceria público-privada.....	478
8.8.5.1	Conceito e natureza jurídica	478
8.8.5.2	Modalidades	478
8.8.5.3	Características e vedações.....	479
8.8.5.4	Histórico e adoção no Brasil	480
8.8.5.5	Disciplina legal	481
8.8.5.6	Diretrizes norteadoras	483
8.8.5.7	Cláusulas essenciais.....	483
8.8.5.8	Contraprestação	484
8.8.5.9	Garantias	485
8.8.5.10	Sociedade de propósito específico.....	485
8.8.5.11	Licitação.....	486
8.8.5.12	Normas aplicáveis à União.....	488
9.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E ATUAÇÃO NO DOMÍNIO SOCIAL.....	491
9.1	Intervenção no domínio econômico.....	491
9.1.1	Monopólio.....	496
9.1.2	Controle de abastecimento	498
9.1.3	Tabelamento de preços	498
9.1.4	Repressão do abuso do poder econômico	499
9.2	Intervenção/atuação no domínio social	502
9.2.1	Políticas públicas e vinculação aos objetivos constitucionais	502
9.2.2	Controle judicial das políticas públicas: reserva do possível e mínimo existencial	506
9.2.3	Limites ao ativismo jurídico e autocontenção judicial.....	508
10.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	513
10.1	Introdução	513
10.2	Desconcentração e descentralização	513
10.3	Teoria do órgão	515
10.4	Administração Direta	517
10.5	Administração Indireta.....	520
10.5.1	Autarquia	520
10.5.1.1	Conceito e características.....	520

10.5.1.2	Classificação	523
10.5.1.3	Prerrogativas do regime público	527
10.5.1.4	Sujeições do regime público	529
10.5.1.5	Escolha dos dirigentes	529
10.5.1.6	Regime de bens/patrimônio	530
10.5.1.7	Controle	530
10.5.2	Agências	531
10.5.2.1	Agências executivas	532
10.5.2.2	Agências reguladoras	532
10.5.2.2.1	Intensificação da regulação no Brasil	533
10.5.2.2.2	Inspiração e evolução da regulação no direito norte-americano.....	536
10.5.2.2.3	Natureza jurídica	537
10.5.2.2.4	Legislação específica nos setores de regulação ..	539
10.5.2.2.5	Atividades das agências reguladoras.....	540
10.5.2.2.6	Regulação: operacionalização técnica e eficiência administrativa	542
10.5.2.2.7	Análise de Impacto Regulatório.....	544
10.5.2.2.8	Regime jurídico do pessoal das agências reguladoras	550
10.5.2.2.9	Limites à autonomia das agências reguladoras ..	551
10.5.2.2.10	Governança e <i>compliance</i> das agências reguladoras	552
10.5.3	Fundação	553
10.5.3.1	Considerações introdutórias	553
10.5.3.2	Fundações de direito privado instituídas por particulares	553
10.5.3.3	Fundação pública de direito privado	555
10.5.3.4	Fundação de direito público ou autarquia fundacional.....	558
10.5.4	Estatal	562
10.5.4.1	Regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos	564
10.5.4.2	Criação e extinção	566
10.5.4.3	Regime de pessoal e nomeação de dirigentes.....	568
10.5.4.4	Empresa pública	570
10.5.4.5	Sociedade de economia mista	571
10.5.4.5.1	Origem e desenvolvimento.....	571
10.5.4.5.2	Definição e características.....	572
10.5.4.5.3	Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	573
10.5.4.5.4	Fiscalização das estatais	574
10.5.5	Consórcios públicos	576
10.5.5.1	Tratamento legal e definição	576
10.5.5.2	Objetivos	577
10.5.5.3	Regime jurídico público ou privado com derrogações.....	578
10.5.5.4	Responsabilidades	580

10.5.5.5	Criação	581
10.5.5.6	Contrato de rateio	583
10.5.5.7	Contrato de programa	583
10.5.5.8	Retirada, extinção e exclusão de ente do consórcio	584

11. SETOR PÚBLICO NÃO ESTATAL: PARAESTATAIS E ENTES DE COLABORAÇÃO 585

11.1	Introdução	585
11.2	Serviços sociais autônomos	588
11.3	Corporações profissionais.....	589
11.4	Organizações Sociais (OS)	591
11.5	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	599
11.6	Organização da Sociedade Civil (OSC) e a Lei de Parcerias	602
11.7	Diferenças entre OS, Oscip e OSC	610

12. SERVIDORES PÚBLICOS 615

12.1	Considerações introdutórias	615
12.2	Breves linhas histórico-evolutivas acerca do "funcionalismo"	615
12.3	Profissionalização do funcionalismo no Brasil	617
12.4	Cargos, empregos e funções.....	620
12.5	Agentes públicos	628
12.6	Agentes políticos	629
12.7	Servidores públicos	632
12.8	Provimento originário e provimento derivado	632
12.9	Investidura.....	634
12.10	Classe, carreira e quadro	636
12.11	Concurso público	636
12.11.1	Igualdade e meritocracia	636
12.11.2	Histórico do surgimento do concurso público nas Constituições do Brasil	637
12.11.3	Configuração jurídica	639
12.11.4	Controle dos concursos públicos	642
12.12	Proibição de acumulação remunerada de cargos públicos	645
12.13	Servidores públicos e mandato eletivo	647
12.14	Sistemas remuneratórios.....	647
12.15	Teto remuneratório	648
12.16	Aposentadoria	650
12.17	Tratamentos transitórios de aposentadoria	654
12.18	Sindicalização e direito de greve.....	655
12.19	Estabilidade	657
12.20	Vitaliciedade	660
12.21	Responsabilidade dos servidores	660
12.22	Militares	665
12.23	Particulares em colaboração com o Poder Público	666

13. BENS PÚBLICOS	667
13.1 Considerações introdutórias	667
13.2 Definição de bens públicos	670
13.3 Afetação e desafetação	670
13.4 Classificação	671
13.5 Regime jurídico	672
13.5.1 Inalienabilidade	673
13.5.2 Impenhorabilidade	673
13.5.3 Imprescritibilidade	673
13.5.4 Não onerabilidade com direitos reais de garantia	674
13.6 Uso privativo de bem público	674
13.6.1 Autorização de uso	675
13.6.2 Permissão de uso	675
13.6.3 Concessão de uso	677
13.7 Espécies de bens públicos	677
13.7.1 Terras devolutas	678
13.7.2 Terrenos reservados	679
13.7.3 Faixa de fronteira	679
13.7.4 Terras ocupadas pelos povos indígenas	681
13.7.5 Plataforma continental	687
13.7.6 Terrenos de marinha	689
13.7.7 Ilhas	690
13.7.8 Águas públicas	691
13.7.9 Jazidas e minas	691
14. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	693
14.1 Introdução	693
14.2 Limitações administrativas	694
14.3 Ocupação temporária	694
14.4 Requisição administrativa	695
14.5 Servidão administrativa	696
14.6 Tombamento	697
14.6.1 Noções introdutórias	697
14.6.2 Diferenças entre tombamento e registro	698
14.6.3 Preservação do patrimônio: objetivos e outros instrumentos de tutela ..	698
14.6.4 Tombamento e desapropriação indireta	699
14.6.5 Objeto	700
14.6.6 Disciplina legal	702
14.6.7 Natureza jurídica	703
14.6.8 Classificação	705
14.6.9 Procedimento	706
14.6.10 Efeitos	708

14.6.11	Direito de preferência em alienação judicial.....	709
14.7	Desapropriação	709
14.7.1	Conceito e natureza jurídica	709
14.7.2	Disciplina legal	712
14.7.3	Pressupostos autorizadores de desapropriação.....	713
14.7.4	Sujeito ativo da desapropriação	714
14.7.5	Objeto da desapropriação	716
14.7.6	Procedimento	717
14.7.7	Imissão provisória na posse	718
14.7.8	Desapropriação indireta	718
14.7.9	Indenização	719
14.7.10	Retrocessão e destino do bem desapropriado	722
15.	ORDENAMENTO URBANO E ESTATUTO DA CIDADE	725
15.1	Vida urbana e sustentabilidade da cidade.....	725
15.2	Funções sociais da cidade	726
15.3	Usucapião especial coletiva de imóvel urbano.....	732
15.4	Direito de preempção.....	733
15.5	Outorga onerosa do direito de construir	734
15.6	Operação urbana consorciada.....	734
15.7	Transferência do direito de construir.....	736
15.8	Estudo de impacto de vizinhança	736
15.9	Cidades inteligentes – <i>Smart cities</i>	737
16.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	739
16.1	Definição.....	739
16.2	Fundamento da responsabilização: justiça corretiva e distributiva.....	742
16.3	Evolução histórica da responsabilidade	745
16.3.1	Período da irresponsabilidade nas Monarquias Absolutistas	745
16.3.2	Teoria civilista da culpa ou culpa civil comum	746
16.3.3	Responsabilidade publicista: fase inicial – culpa administrativa ou culpa do serviço	747
16.3.4	Responsabilidade publicista: teoria do risco ou responsabilidade objetiva	750
16.4	Evolução no ordenamento brasileiro	753
16.5	Requisitos presentes no art. 37, § 6º, da Constituição.....	755
16.5.1	Das pessoas que respondem objetivamente	755
16.5.2	Dano: material ou moral.....	757
16.5.3	Nexo de causalidade	758
16.5.4	A terceiros	761
16.5.5	Agentes	761
16.5.6	Atuação na qualidade	762

16.5.7	Regresso por dolo ou culpa	764
16.6	Denúnciação à lide do agente causador do dano	765
16.7	Excludentes da responsabilização.....	766
16.8	Responsabilidade por omissão do Estado	769
16.9	Responsabilidade por dano nuclear.....	778
16.10	Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	781
16.11	Responsabilidade do Estado por atos judiciais	783
16.12	Prazo de prescrição para pleitear reparação em juízo.....	785
17.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	789
17.1	Contextualização, definição e classificação	789
17.2	Controle do Ministério Público	791
17.3	Controle social ou popular	792
17.4	Controle legislativo.....	793
17.5	Controle administrativo	794
17.5.1	Recursos administrativos	794
17.5.2	Coisa julgada administrativa.....	797
17.5.3	Prescrição administrativa	798
17.5.4	Direito de petição aos Poderes Públicos.....	798
17.5.5	Direito de certidão	799
17.5.6	Controle anticorrupção e apuração da responsabilidade das empresas.....	799
17.6	Controle judicial	804
17.6.1	<i>Habeas corpus</i>	807
17.6.1.1	Origem	807
17.6.1.2	Histórico no Brasil e doutrina do <i>habeas corpus</i>	808
17.6.1.3	Objeto.....	810
17.6.1.4	Sujeito ativo, abrangência e informalismo	811
17.6.2	<i>Habeas data</i>	811
17.6.2.1	Conceito e origem	811
17.6.2.2	Objeto	812
17.6.2.3	Questões sobre o cabimento.....	814
17.6.2.4	Sujeito ativo	814
17.6.2.5	Rito	815
17.6.3	Mandado de segurança	815
17.6.3.1	Definição	815
17.6.3.2	Origem	815
17.6.3.3	Disciplina legal	815
17.6.3.4	Sujeito ativo ou impetrante.....	816
17.6.3.5	Sujeito passivo ou paciente.....	816
17.6.3.6	Pressupostos	817
17.6.3.7	Liminar	818
17.6.3.8	Processamento.....	818
17.6.4	Mandado de injunção	819

17.6.4.1	Definição	819
17.6.4.2	Pressupostos	819
17.6.4.3	Sujeito ativo e sujeito passivo.....	819
17.6.4.4	Procedimento	820
17.6.4.5	Efeitos	820
17.6.5	Ação popular	822
17.6.5.1	Origem	822
17.6.5.2	Objeto.....	823
17.6.5.3	Pressupostos	824
17.6.5.4	Sujeito ativo e sujeito passivo.....	824
17.6.5.5	Competência.....	824
17.6.5.6	Funções do Ministério Público	825
17.6.5.7	Liminar e natureza da sentença	825
17.6.6	Ação civil pública	827
17.6.6.1	Conceito	827
17.6.6.2	Objeto e natureza da sentença	828
17.6.6.3	Sujeito ativo e sujeito passivo.....	828
17.6.6.4	Funções do Ministério Público	829
17.6.6.5	Inquérito civil e seu arquivamento	829
17.6.6.6	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	829
17.6.6.7	Propositura	830
17.6.6.8	Execução pelo Fundo de Reconstituição em condenação pecuniária	830
17.6.7	Improbidade administrativa	831
17.6.7.1	Atos de improbidade e sanções.....	831
17.6.7.2	Modalidades de atos de improbidade e respectivas sanções..	833
17.6.7.3	Elemento subjetivo.....	839
17.6.7.4	Sujeito passivo.....	841
17.6.7.5	Sujeito ativo.....	841
17.6.7.6	Medidas acautelatórias	844
17.6.7.7	Processo administrativo.....	845
17.6.7.8	Ação judicial	846
17.6.7.9	Prescrição	849
17.7	Administração do medo, apagão das canetas e novos contornos do controle com as alterações da LINDB	851
18.	NOVAS TECNOLOGIAS E O DIREITO ADMINISTRATIVO.....	855
18.1	Transformações da Quarta Revolução Industrial.....	855
18.2	Internet, libertação da palavra e os perigos da desinformação/ <i>fake news</i>	862
18.3	Internet das Coisas	866
18.4	Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados pela Administração Pública	869
18.5	Lei do Governo Digital	875
18.6	Regulação dos serviços disruptivos de plataformas digitais	878
18.7	Inovação e testagem de novos serviços por sandbox regulatório	881

18.8	<i>Blockchain</i>	883
18.9	Inteligência Artificial (IA).....	886
18.10	Uso de robôs pelo Poder Público	890
REFERÊNCIAS		893
ÍNDICE REMISSIVO.....		911
ÍNDICE REMISSIVO DOS QUADROS		927